13:49 Vo)) LTE 5G 54%

_ SEG_ Ferrando Cabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Eliz Lyra (quinzenal) _ Inajá Sartara (quinzenal) _ Washington Oliveira (quinzenal)
_ TER_ Merval Pereira _ Carlos Andreazza _ QUA_ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Saviatto (quinzenal) _ QUI_ Merval Pereira _ Nati Gaspar
_ SEX_ Vera Magalhães _ Fábio Oliveira _ Pedro Doria _ Bernardo Mello Franco _ SÁB_ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Paulo Cristóvão _ DOM_ Merval Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

ELIO GASPARI

blogs.oglobo.globo.com/aprimeira editorialeartigos@oglobo.com.br

O golpinho de Bolsonaro

A exumação da tentativa de golpe de Estado de Jair Bolsonaro corre o risco de se transformar num teatro do absurdo, com a reconstrução de algo que não houve. Uma mistura da trama da peça "Esperando Godot", de Samuel Beckett, com o poema "À espera dos bárbaros", de Konstantinos Kaváfis. Godot não chega, nem os bárbaros, mas tanto a peça como o poema são obras-primas.

O golpinho de Jair Bolsonaro bebeu na fonte do golpe de Getúlio Vargas, em 1937. Este foi impecável.

Primeiro Vargas mandou um emissário aos governadores de sua confiança. Depois, pediu ao ministro da Justiça, Francisco Campos, que redigisse uma nova Constituição. Finalmente, armou o esquema militar com o ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e o condestável do Exército, general Góes Monteiro. Dado o golpe, arrasou as instituições políticas e instalou o Estado Novo, que duraria oito anos.

O golpe de 1937 de Getúlio Vargas guarda uma diferença essencial com o golpinho de 2022 de Jair Bolsonaro. Ambos queriam o golpe para permanecer no poder, mas, enquanto num caso a eleição só ocorreria em 1938, no outro ela já havia ocorrido, e Bolsonaro perdera. Bota diferença nisso. Querer fazer em dezembro de 2022 o que Vargas fez em 1937 seria transformar uma tartaruga em girafa.

As necessárias investigações em curso devem responsabilizar quem atravessou as linhas das leis durante o processo eleitoral e mesmo depois dele. Esse é o caso dos articuladores e dos vândalos do 8 de Janeiro, bem como das obstruções de rodovias e das barreiras da Polícia Rodoviária Federal no dia do segundo turno. São delitos concretos, comprováveis. Indo além, entra-se no teatro do absurdo, expondo um golpe que não houve.

No dia 9 de dezembro de 2022, depois de ter perdido a eleição, Bolsonaro disse: "Vamos vencer, se manifestando de acordo com as nossas leis, vocês são cidadãos de verdade. Está na hora de parar de ser tratado como outra coisa aqui no Brasil. Se Deus quiser, tudo dará certo no momento oportuno!".

Pela minuta do golpe, seria decretado o Estado de Defesa, seriam presos ministros do Supremo e parlamentares, anulando o resultado da eleição. Como se conseguiria isso, falta explicar. Seria o golpe de 1937, com Jair Bolsonaro numa reencarnação impossível de Getúlio Vargas e Anderson Torres com o intelecto de Francisco Campos. Isso tudo sem os generais Eurico Dutra e Góes Monteiro.

No ano do 60º aniversário do golpe de 1964, vale lembrar que Bolsonaro bebeu na fonte de João Goulart em outubro de 1963. Foi quando Jango enviou ao Congresso um pedido de instalação do Estado de Sítio.

Alceu Amoroso Lima escreveu à filha no dia 1º de outubro:

— Tudo indica ou um golpe do próprio governo, imitando o Getúlio de 37, ou um choque realmente de extremas, com um golpe de uma delas.

Três dias depois, com o apoio dos três ministros militares, Jango enviou ao Congresso uma mensagem pedindo o Estado de Sítio. A oposição generalizada, incluindo governadores como o pernambucano Miguel Arraes, esfarelou a manobra e, quatro dias depois, a proposta foi retirada.

Passado o tempo, o professor Darcy Ribeiro, que ocupava a chefia da Casa Civil, contaria:

— O que impediu foi que o esquema feito pelos próprios militares não foi cumprido.

Que esquema? Darcy sabia, mas não quis contar.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X: bernardomf
bmf@oglobo.com.br

A ocorrência de um infortúnio

Aconteceu em 2019, na Zona Norte do Rio. Numa tarde de domingo, militares metralharam um Ford Ka com duas mulheres e uma criança a bordo. A ação matou o músico Evaldo Rosa, que levava a família a um chá de bebê, e o catador Luciano Macedo, que passava pelo local e tentou socorrê-lo.

Em poucas horas, o Comando Militar do Leste deu o caso por encerrado. Chamou as vítimas de "criminosos" e "assaltantes" e disse que os soldados teriam reagido a uma "injusta agressão".

Quando a farsa ficou evidente, o então ministro da Defesa prometeu "cortar na carne". Em 2021, oito militares foram condenados em primeira instância por duplo homicídio. Na última quinta-feira, o Superior Tribunal Militar abriu caminho para livrá-los de pagar pelo crime.

Relator do processo, o tenente-brigadeiro Carlos Augusto Amaral definiu o fuzilamento como "um erro plenamente justificado pelas circunstâncias". Alegou que os militares teriam agido em "legítima defesa putativa" porque pensaram estar diante de "meliantes". "Luciano representava uma ameaça imaginária", sustentou o ministro do STM. "Não há como desconsiderar a ocorrência de um infortúnio", concluiu.

O tenente-brigadeiro se disse convencido de que os militares "não queriam e nem objetivaram o resultado morte". Faltou explicar que outro resultado poderia ser obtido com duas rajadas de fuzil, somando 82 tiros contra civis desarmados.

"O que este processo retrata é uma ação criminosa que destruiu duas famílias", resumiu o advogado André Perecmanis, que atua como assistente de acusação. O aviso não comoveu a Corte. O ministro José Coêlho Ferreira acompanhou o voto do relator, que propôs reduzir as penas de 30 para 3 anos. O julgamento foi interrompido por pedido de vista, mas tudo indica que a tradição de corporativismo do STM vai prevalecer.

Se há infortúnio no caso, é o fato de a Justiça Militar poder julgar crimes contra civis. A Procuradoria-Geral da República contesta o privilégio desde 2018. A ação vai completar seis anos na gaveta do ministro Gilmar Mendes.

ARTIGO

A chance de o Brasil fazer a diferença no mundo

HELENA NADER

Ao assumir a missão de sediar o G20, o Brasil reforça seu papel de influenciador e mediador na busca por resolver questões globais. É bastante valioso para um país que, há poucos anos, conviveu com discursos de desconfiança na ciência e na democracia. Agora, ressurge como liderança em debates que colocam a ciência como protagonista na busca de soluções para temas urgentes.

É o caso da inteligência artificial. Alvo de avanços em anos recentes, esse tipo de tecnologia tem sido colocada como aposta capaz de acelerar pesquisas científicas e transformar a economia dos países — mas precisa, ao mesmo tempo, de medidas para tentar evitar dilemas éticos e outros conflitos.

O mesmo ocorre em relação à bioeconomia e à transição energética. Embora representem demandas urgentes diante do impacto das mudanças climáticas, não se trata de transformação de fácil aceitação e incorporação por todos os países, o que reforça a necessidade de impulsionar debates sobre benefícios, impactos sociais e econômicos e alternativas a partir das diferenças regionais.

Os desafios em saúde são outro ponto de atenção. Depois de passar por uma pandemia de Covid-19, países ainda lidam com os impactos da doença em conjunto com outras preocupações, como a necessidade de retomar o controle de outras enfermidades transmissíveis e estruturar medidas de apoio à saúde mental.

Temos ainda o envelhecimento populacional, que leva à necessidade de maior investimento em políticas de cuidado especializado em saúde nos países que vivem esse cenário. Em outros, o aumento na população mais jovem leva a uma pressão maior em relação a políticas de atenção básica em saúde, educação e empregos.

Países em transição demográfica também enfrentam novas demandas em relação ao combate à pobreza e ajustes na economia. A busca por justiça social, por meio de ações de inclusão, também entra nesse contexto.

A atenção a esses aspectos, em suma, é fundamental para que os países do G20 tomem decisões informadas, de acordo com as necessidades da sociedade.

Com esses temas na mesa, a Academia Brasileira de Ciências presidirá a 8ª edição do Science20. O grupo de engajamento do G20 voltado à ciência e tecnologia discutirá esses assuntos críticos aos países e, a partir disso, formulará recomendações aos chefes de governo e de Estado que participarão da Cúpula de Líderes, em novembro.

É nossa chance de mobilizar a comunidade científica em busca de transformações não só para os países do G20, mas para todo o planeta

O encontro do S20 traz vários marcos. Além de ocorrer pela primeira vez no Brasil, com a presença de representantes das academias de ciência dos países que compõem o G20, a reunião deve trazer um espaço inédito para outras redes e organizações científicas em nível internacional. É o caso da Academia Mundial de Ciências, Parceria InterAcademias, Conselho Internacional de Ciência, Rede de Academias de Ciências Africanas, entre outros.

Trata-se de uma forma de buscar unir forças na ciência e vocalizar decisões que tenham de fato capilaridade global — estratégia condizente com o lema "Ciência para a transformação mundial", escolhido para o encontro.

Em documento preliminar enviado às academias de ciências, frisamos a importância de que todos esses temas façam parte dos debates. A proposta, assim, é chamar a atenção para novas demandas urgentes em conjunto com antigos desafios e com o olhar para as características regionais.

No S20, o Brasil tem a oportunidade, portanto, de guiar debates que podem fazer a diferença no mundo. É nossa chance de mobilizar a comunidade científica em busca de transformações não apenas para os países do G20, mas para todo o planeta.

Helena Nader é presidente da Academia Brasileira de Ciências e professora emérita da Escola Paulista de Medicina da Unifesp